

Percursos da Educação Profissional no Amazonas: Instituto Federal do Amazonas, *Campus Manaus Zona Leste*

Diego Melquior Melo Martins¹
Valmir Flores Pinto²

Resumo: O presente artigo apresenta um percurso da Educação Profissional no Amazonas. Foi utilizada a pesquisa bibliográfica e documental. O estudo parte do contexto da Educação Profissional nos anos 1990 e 2000, período marcado por transformações na política, economia, com o início das reformas na educação e a criação da Base Nacional Comum Curricular. Posto a contextualização histórica no cenário nacional, o estudo volta-se para o IFAM-CMZL, remontando a sua criação e desenvolvimento baseado em marcos legais e históricos, apresentando um panorama da Educação Profissional no Amazonas. Conclui-se que, a educação profissional passou por grandes transformações, contudo, ainda resta muito a ser feito no sentido de uma educação profissional realmente voltada aos interesses da sociedade. Por fim, ressaltamos que este estudo é fruto da pesquisa conclusiva no mestrado em Ensino de Ciências e Humanidades na Universidade Federal do Amazonas

Palavras-chave: Amazonas; Educação Profissional; IFAM.

Abstract: This article presents an overview of Professional Education in Amazonas. Bibliographical and documentary research was used. The study departs from the context of Professional Education in the 1990s and 2000s, a period marked by transformations in politics and economics, with the beginning of reforms in education and the creation of the National Common Curricular Base. Given the historical context in the national scenario, the study turns to the IFAM-CMZL, going back to its creation and development based on legal and historical landmarks, presenting an overview of Professional Education in Amazonas. It is concluded that professional education has undergone major transformations, however, there is still much to be done in the sense of a professional education really focused on the interests of society. Finally, we emphasize that this study is the result of conclusive research in the Master's degree in Teaching Sciences and Humanities at the Federal University of Amazonas.

Keywords: Amazonas; Professional education; IFAM.

INTRODUÇÃO

O presente artigo visa apresentar um breve remonte do contexto histórico da Educação Profissional e Tecnológica no Amazonas, para isso foi utilizado o método de pesquisa bibliográfica e documental, buscando informações acerca do assunto em periódicos, livros, leis, decretos, portarias e dados abertos fornecidos por sites oficiais. O estudo enfoca o contexto histórico da educação profissional situando-se nos anos 90 do século XX, período esse dos quais se destacam transformações na política, na economia com o plano real e com o início de várias reformas na educação em todos os seus níveis, sobretudo na Educação Profissional. Tratou-se ainda do período referente aos anos 2000, marcado pelas mudanças políticas promovidas pelo Partido

¹ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, E-mail: diego.martins@ifam.edu.br

² Universidade Federal do Amazonas, E-mail: valmirfp@ufam.edu.br

dos Trabalhadores (PT), e suas alianças, com os dois mandatos seguidos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que governou de 2003-2011.

Diante de um período de profundas transformações na educação brasileira surge ainda a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e seus impactos e reflexos na Educação Profissional e Tecnológica (EPT). A BNCC busca estabelecer parâmetros para uma Educação Básica que visava à formação global de educandos a partir de uma proposta de rompimento de visões reducionistas que privilegiam a dimensão intelectual em detrimento da dimensão afetiva (BRASIL, 2018). Esse conceito de formação está ligado a ideia de formação integral, no contexto da EPT, o currículo integrado, devido a sua natureza, assume lugar de destaque na formação de sujeitos que, necessitam de conhecimentos para exercerem os seus papéis no mundo do trabalho, com responsabilidade social.

Posto a contextualização histórica da EPT no cenário nacional, o foco do estudo volta-se para o caso do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – Campus Manaus Zona Leste (IFAM-CMZL), rememorando a história da sua criação e desenvolvimento baseado em marcos legais e históricos que apresentam um panorama das transformações da Educação Profissional no Estado do Amazonas. Busca-se ainda, contextualizar momentos e locais da história onde se deram e, ainda se dão as constantes transformações e evoluções da educação profissional no contexto amazônico, a sua importância, e o perfil da formação proposta.

METODOLOGIA

Os pressupostos metodológicos utilizados nesta pesquisa estão subsidiados na perspectiva científica de natureza bibliográfica e documental, pois “busca o levantamento e análise crítica dos documentos publicados sobre o tema a ser pesquisado com intuito de atualizar, desenvolver o conhecimento e contribuir com a realização da pesquisa” (BOCATTO, 2006).

Utilizou-se a pesquisa bibliográfica, que é um procedimento metodológico que se oferece ao pesquisador como uma possibilidade na busca de soluções para seu problema de pesquisa, que parte da necessidade de exposição do método científico escolhido pelo pesquisador; expõe as formas de construção do desenho metodológico

e a escolha dos procedimentos; e demonstra como se configura a apresentação e análise dos dados obtidos (LIMA e MIOTO, 2007).

Com relação à pesquisa bibliográfica, Martins, Araújo e Pinto (2023), ressaltam que:

A pesquisa bibliográfica demanda um trabalho incessante de compreensão e interpretação dos objetos, de observação detalhada das etapas de pesquisa, um esforço de muita interpretação e compreensão de leitura, de questionamento e interlocução crítica em vista do material bibliográfico, além do mais, uma observância epistemológica constante (MARTINS; ARAÚJO; PINTO, 2023, p. 2).

A pesquisa documental visa estudar e analisar um ou vários documentos na busca de identificar informações factuais nos mesmos; descobrir as circunstâncias sociais, econômicas e ecológicas com as quais podem estar relacionados (LUDKE e ANDRÉ, 2000, p. 167). Os Critérios adotados para escolha documental estão relacionados com a política de instalação, identidade e estruturação do IFAM.

A análise documental foi de grande relevância durante a investigação, visto que livros, revistas, artigos, dissertações, teses, leis, decretos, portarias e dados abertos fornecidos por sites oficiais, remetem um registro formal dos fatos dando suporte essencial e dados imprescindíveis (MARTINS; ARAÚJO; PINTO, 2023)

Ressalta-se que este estudo é parte da pesquisa concluída do mestrado acadêmico intitulado “A Promoção e Retenção no curso técnico integrado de nível médio em agropecuária do IFAM - Campus Manaus Zona Leste numa perspectiva filosófica de Edgar Morin”.³

Adotou-se como ponto de partida o cenário nacional da educação nos anos 1990 e 2000 para contextualizar as mudanças e transformações pelas quais a EPT passou, inclusive com as inferências da então recente Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e em seguida relatou-se o cenário do estado do Amazonas com foco principal no IFAM - CMZL.

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NA DÉCADA DE 90

A década de 90, do século passado, ficou marcada pelas políticas públicas desenvolvidas pelo governo Fernando Henrique Cardoso-FHC (1995-2003), das quais

³ Vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Humanidades (PPGECH) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), campus de Humaitá, AM.

se destacaram, na economia o Plano Real, que visava o fim da inflação descontrolada e aumento do poder aquisitivo da população, na educação a reforma promovida em todos os níveis, inclusive na Educação Profissional, pela Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação nacional, e especificamente voltada para a Educação Profissional o Decreto Federal nº 2.208, de 17 de abril de 1997.

Em decorrência da criação de uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) o Estado e a sociedade civil colocaram em pauta os seus projetos. Por parte do Estado o Governo Federal apresentou dois projetos distintos, um deles partindo do Ministério da Educação por meio da Secretaria de Ensino Técnico (Senete) e outro do Ministério do Trabalho, por meio da Secretaria de Formação e de Desenvolvimento Profissional (Sefor). No âmbito da sociedade civil, várias entidades de profissionais da educação, de pesquisa, ONGs e entidades do movimento popular e sindical organizaram-se no Fórum em Defesa da Escola Pública, forjando outras propostas e projetos. O mesmo ocorreu entre os setores empresariais que se organizaram através de suas entidades para elaborar suas propostas (MANFREDI, 2016).

O PROJETO DO MEC E OUTROS ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS

Com a proposta do MEC idealizou-se a criação de um Sistema Nacional de Educação Tecnológica, do qual fariam parte todas as escolas técnicas do setor público federal, estadual, municipal e as instituições particulares da rede Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), que já vinham oferecendo os seus serviços na área da educação tecnológica.

A espinha dorsal desses Sistema era formada pela rede de Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), esses Centros, deveriam se articular, no âmbito da política de educação profissional, com as Universidades e as escolas isoladas com ensino de engenharia, escolas agrotécnicas e técnicas estaduais e municipais, SENAI, SENAC e demais instituições particulares voltadas para o Ensino Técnico.

Sobre a idealização do Sistema Nacional de Educação, Kuenzer (2007), descreve que ele ofertaria cursos nas seguintes modalidades:

Qualificação ocupacional dirigida a adolescentes e adultos que não tiveram a oportunidade de frequentar a escola regular e para os que, completando o primeiro grau, quisessem ter a formação específica para o exercício de uma ocupação, independentemente da formação escolar; Educação prática em nível de primeiro grau, integrada ao currículo de primeiro grau [...]; Formação técnica de nível médio, oferecida nas escolas de segundo grau, que ofertavam profissionalização em áreas definidas [...]; Formação técnica de nível superior, destinada à preparação de tecnólogos [...]; Formação profissional superior oferecida pelas universidades nos cursos plenos [...] (KUENZER, 2007, p.41-42).

Em 1995, a Secretaria de Formação e Desenvolvimento Profissional do Ministério do Trabalho (MTb), promoveu debate sobre a educação nacional envolvendo instâncias governamentais, universidades, entidades representativas do patronato, trabalhadores e organizações educativas ligadas a programas de educação de jovens e adultos. Criou-se o Plano Nacional de Educação Profissional, que previa, como linhas programáticas, o desenvolvimento de estratégias formativas destinadas à qualificação/requalificação de trabalhadores jovens e adultos e à sua formação continuada, buscando superar a visão predominante de “treinamento”.

Com relação à concepção e ao conteúdo dessa Educação Profissional, havia em tal projeto a negação da dicotomia entre educação básica e Educação Profissional e da sobreposição ou substituição da segunda pela primeira, o entendimento de que a formação profissional deve enfatizar o desenvolvimento de habilidades e de conhecimentos básicos, específicos e de gestão, voltados para o desenvolvimento plural do indivíduo, e o reconhecimento e a valorização dos saberes adquiridos por meio das experiências de trabalho, e seu credenciamento garantindo a possibilidade de reingresso no sistema educacional formal (MANFREDI, 2016).

Nesse sentido a proposta apresentava pontos voltados a oportunização e ao resgate do público de jovens e adultos que em tempos passados não haviam tido a oportunidade de se qualificar. Porém, a atenção dispensada ao processo de recuperação de jovens e adultos acompanhada de uma possível proposta visando o futuro da educação e da qualificação profissional não superou o processo histórico de negação da dicotomia entre Educação básica e Educação Profissional, é possível notar que mesmo sendo perceptível que Educação básica e Educação Profissional são diferentes, porém complementares, esse fato é negligenciado, criando assim uma política pública educacional, que assim como no passado, criava uma separação e disjunção entre as duas modalidades distintas de educação.

O PROJETO DOS EDUCADORES, ORGANIZAÇÕES POPULARES E SINDICAIS

A sociedade civil organizada também apresentou a sua proposta para a reforma da educação nacional, por parte dos educadores, organizações populares e sindicais foi apresentado um projeto que contemplava o ideário de escola básica unitária.

O projeto das entidades profissionais de educação e de outros setores organizados da sociedade civil, articulados no Fórum de Defesa pela Escola Pública, pedia a criação da escola básica unitária, sustentada pela justificativa de construção de um sistema de educação nacional integrado que unificasse o trabalho, ciência, tecnologia e cultura. Esse modelo de ensino teria que ser constituído de um nível elementar com o objetivo de propiciar a aquisição dos instrumentos básicos necessários à compreensão e à participação na vida social e produtiva e um secundário, básico e fundamental, em que o jovem pudesse ter condições para a formação da autodisciplina intelectual e autonomia moral, características indispensáveis ao homem omnilateral, e a formação teórico-científica e tecnológica necessária à especialização posterior (MANFREDI, 2016).

Do ponto de vista da ótica do ideário de escola unitária, a educação básica estrutura-se em acordo com o avanço do conhecimento científico e tecnológico, fazendo da práxis técnica um elemento da formação geral, articulada com o mundo do trabalho. Isso demonstra a ligação da ciência com a prática, bem como a superação das dicotomias entre humanismo e tecnologia. Contudo, o projeto da escola básica unitária pleiteado por determinados setores da sociedade civil organizada acabou sendo suprimido e substituído pelo projeto voltado aos interesses do neoliberalismo e dos grupos detentores dos grandes volumes de capital, seja nacional ou internacional, aspecto este, que marcou o governo FHC.

O PROJETO DOS SETORES EMPRESARIAIS

Do ponto de vista da indústria, os anos de 1990 foram marcados pelos desafios oriundos dos processos de modernização de produção e da globalização da economia. Esse momento da história pelo qual passava a indústria brasileira apresentou três principais desafios a serem enfrentados pela mesma: renovar e transformar os sistemas de formação profissional do qual sempre se ocuparam; assumir um papel mais ativo na superação dos baixos níveis de escolaridade e de

analfabetismo; e, ainda, enfrentar o descompasso existente entre a formação geral propiciada pela escola e aquela exigida pelos processos de modernização produtiva e de globalização econômica.

Além dos problemas preexistentes e seculares na educação brasileira, tais como o analfabetismo endêmico alastrado por séculos entre a população pobre e marginalizada e o baixo nível de qualificação profissional, somaram-se a eles problemas novos criados pela globalização da economia e a modernização dos meios de produção e suas técnicas, a forma como a dicotomia entre educação profissional e básica foi negada e ignorada durante décadas também contribuiu para o desequilíbrio entre a formação geral que era oferecida pela escola e aquela que era exigida pela indústria. Frigotto e Ciavatta (2003) afirmam que:

Os protagonistas destas reformas seriam os organismos internacionais e regionais vinculados aos mecanismos de mercado e representantes encarregados, em última instância, de garantir a rentabilidade do sistema capital, das grandes corporações, das empresas transnacionais e das nações poderosas onde aquelas têm suas bases e matrizes. Nesta compreensão, os organismos internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial (BIRD), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), passam a ter o papel de tutorear as reformas dos Estados nacionais, mormente dos países do capitalismo periférico e semiperiférico (FRIGOTTO e CIAVATTA, 2003, p. 96).

Com o apoio da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e da Federação da Indústria do Estado de São Paulo (FIESP), o empresariado defendia posições muito sintonizadas e articuladas no campo da educação em defesa dos seus interesses. Posicionavam-se em favor do aumento da escolaridade básica, da necessidade de incrementar a oferta de programas de capacitação e requalificação profissional da força de trabalho e vinham assumindo papel mais ativo na manutenção de escolas da rede pública. Em um documento entregue ao governo federal em 1996, intitulado de "Competitividade: propostas dos empresários para a melhoria da qualidade da educação", os empresários apresentavam as suas propostas e planos de cooperação e parceria com as entidades públicas (universidade, escolas, centros de formação técnica, entre outros) e privadas. Esse documento apresentava propostas para diferentes segmentos, tanto para a educação básica quanto para a profissional, estas propostas tratavam de recomendações para governos - federal, estaduais e

municipais e propostas de cooperação e parceria com outras empresas, entidades empresariais, instituições de ensino públicas e privadas e órgãos do governo.

A CONCRETIZAÇÃO DO PROJETO DE REFORMA DO ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

A proposta de reforma do Ensino Médio e Técnico nos moldes propostos pela Lei 9.394/96 LDB contou com a participação de setores da sociedade que historicamente pleiteavam os seus lugares na construção histórica da educação no Brasil, a sociedade civil apresentou as suas contribuições por meio dos profissionais da educação, das entidades de cunho sindical e por movimentos de organização popular, e também a participação dos setores empresariais por meio da manifestação dos empresários industriais.

Os mistérios da Educação e do Trabalho também agiram em função do cumprimento de suas atribuições apresentando os seus projetos e contribuições para o desenrolar dessa reforma da educação que afetaria diversos setores da educação, inclusive a educação profissional. Parecia se estabelecer um cenário de amplo debate em torno da educação. Contudo, na prática o resultado final esteve aquém das expectativas geradas em torno da pauta proposta, a reforma de ensino posta em prática na época gerou muitas críticas e controvérsias.

Em tese os preceitos propostos pela reforma do ensino na época eram uma evolução, a inserção da ideia do ensino como um elemento de cidadania e conectado a preparação para o mundo e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico eram inovadoras no cenário nacional, e prometiam proporcionar a população carente de educação uma oportunidade para a educação libertadora, inovadora e projetada para beneficiar as massas. Porém muitas ideias ficaram apenas no papel e muitas expectativas e esperanças não se concretizaram, tornando a reforma objeto de críticas inegáveis. De acordo com Frigotto e Ciavatta (2003), A dimensão talvez mais profunda e de consequências mais graves situa-se no fato de que o Governo Fernando H. Cardoso, por intermédio do Ministério da Educação, adotou o pensamento pedagógico empresarial e as diretrizes dos organismos e das agências internacionais e regionais, predominantemente a serviço desse pensamento como diretriz e concepção educacional do Estado. Trata-se de uma perspectiva pedagógica individualista, dualista e fragmentária coerente com o ideário da desregulamentação, flexibilização e

privatização e com o desmonte dos direitos sociais ordenados por uma perspectiva de compromisso social coletivo (FRIGOTTO e CIAVATTA, 2003, p. 108).

Porém, daquilo que foi pleiteado pela sociedade civil organizada, e aquilo que foi posto em prática, houve uma grande diferença, a explicação para esse acontecimento estaria ligada a uma perspectiva financeira. Kuenzer (2000) afirma que:

[...] a nova proposta da Educação Profissional se articula às novas políticas nacionais neoliberais orquestradas pelo Banco Mundial por meio do exercício de sua grande “missão”: reduzir a pobreza de forma sustentada nos países em desenvolvimento, o que vale dizer, proteger o mundo para os ricos, da destruição que fazem os pobres (KUENZER, 2000, p.66, grifo da autora).

Com relação à Educação Profissional, ficou por conta do Decreto Federal 2.208 de 17 de abril de 1997 regulamentar os objetivos da Educação Profissional, que ficariam definidos: Art. 1º A educação profissional tem por objetivos: IV – qualificar, reprofissionalizar e atualizar jovens e adultos trabalhadores, com qualquer nível de escolaridade, visando a inserção e melhor desempenho no exercício do trabalho (Brasil, 1997).

A reforma na educação promovida nos anos 90 durante o governo FHC ficou muito aquém do projeto concebido pelas classes populares, por entidades da sociedade civil e por especialistas da área, a grande maioria dos estudiosos considerou-a com um grande retrocesso. Questões de ordem econômica foram colocadas como prioridade a frente das necessidades de qualificação profissional adequada aos interesses da classe trabalhadora, em função da política neoliberalista adotado pelo então presidente, que priorizava sempre o capital estrangeiro, os bancos e as multinacionais, conseqüentemente aqueles que eram desprovidos de capital ou do poder político, restou-lhes a indignação e a insatisfação com mais uma derrota histórica para a educação.

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NOS ANOS 2000

A eleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva no pleito que se deu no ano de 2002, com a sua posse em 2003, gerou expectativa e esperança para a população, permeada por um discurso de amparo social e com promessas políticas voltadas às

classes marginalizadas da população, a educação tomava lugar de destaque nas promessas para o governo que se daria dali em diante.

No campo das ideias, ou das intencionalidades, as concepções de participação popular na construção participativa das políticas sociais, econômicas e educacionais aparentavam ser uma quebra de paradigma com tudo aquilo que antes já se havia visto no Estado brasileiro, porém, no cenário político do primeiro mandato (2003-2007), as promessas e boas intenções se desenrolavam vagarosamente de modo aquém do que foi gerado pelas expectativas, tanto pela população quanto por parte do próprio governo.

Os primeiros anos de governo Lula foram marcados muito mais por permanência do que por rupturas em relação ao governo que o antecedeu. Os dois primeiros-ministros da Educação, Cristovam Buarque (2003-2004) e Tarso Genro (2004-2005), não estabeleceram uma agenda que se contrapusesse à anterior. Nos primeiros anos observou-se a mesma fragmentação e descontinuidade da década anterior. As dificuldades e os desacertos iniciais foram muitos. O primeiro mandato do presidente Lula foi um período de “colocar a casa em ordem”, repleto de tentativas e erros, no sentido de construir políticas coerentes com das promessas de campanha, por uma lado, e de outro dos embates entre projetos de desenvolvimento em disputa - o projeto desenvolvimentista nos marcos do capitalismo associado, na lógica da acumulação flexível, com a alternativa construir um projeto de desenvolvimento mais autônomo, sustentável e solidário, voltado para os interesses daqueles que vivem do trabalho. Essas disputas presentes na sociedade civil entre diferentes grupos e segmentos da sociedade civil também se manifestaram e refletiam no interior do próprio Estado brasileiro (MANFREDI, 2016).

Mesmo diante deste cenário desalinhado com as promessas de campanha houve avanços e conquistas no campo da educação profissional com a expansão da rede federal de ensino e avanços quanto às medidas legislativas. Sobre o assunto, Caires e Oliveira (2018) afirmam que:

[...] destaca-se que o Governo Lula reservou considerável importância à Educação Profissional e estabeleceu uma maior responsabilização do Estado para com a oferta dessa modalidade de educação. Nesse sentido, a Lei n. 11.195, de 19 de novembro de 2005 alterou a Lei n. 8.948/94, permitindo que o governo Federal pudesse voltar a investir na expansão e na criação de novas escolas públicas de ensino profissional (CAIRES e OLIVEIRA, 2018, p. 146).

As medidas legislativas no primeiro mandato do governo Lula foram importantes no sentido de fortalecer legalmente e criar as bases institucionais para as futuras reformas do sistema educacional profissional e tecnológico. Outra característica marcante do governo Lula foi a participação popular, a participação de pesquisadores, professores, gestores e diversos outros entes da sociedade civil interessados em participar da construção do projeto educacional, estabelecido por meio de fóruns, simpósios, conferências e seminários. O MEC e o MTE foram responsáveis por organizar diversas atividades de natureza participativa com a intenção de criar espaços de debates e enfrentamentos dos diversos posicionamentos e interesses dos atores da sociedade civil integrados ao processo discursivo.

Desenhava-se então o esboço de um projeto educacional diferente daqueles que há séculos priorizavam a fragmentação, negavam a dicotomia entre ensino regular e educação profissional, favoreciam as elites e os projetos voltados para o capital. Neste contexto ganhou destaque o resgate da formação integral. De acordo com o MEC (2007):

[...] o primeiro sentido do ensino médio integrado, de natureza filosófica, que atribuímos à integração. Ele expressa uma concepção de formação humana, com base na integração de todas as dimensões da vida no processo educativo, visando à formação omnilateral dos sujeitos. Essas dimensões são o trabalho, a ciência e a cultura. [...] (MEC, 2007, p. 40)

O segundo pressuposto é que a realidade concreta é uma totalidade, síntese de múltiplas relações. Totalidade significa um todo estruturado e dialético, do qual ou no qual um fato ou conjunto de fatos pode ser racionalmente compreendido pela determinação das relações que os constituem (KOSIK, 1976). Desses pressupostos decorre um princípio de ordem epistemológica, que consiste em compreender o conhecimento como uma produção do pensamento pela qual se apreende e se representam as relações que constituem e estruturam a realidade objetiva (BRASIL, 2007, p. 40-42). Sobre o Ensino Técnico Integrado, Ciavatta (2005) afirma:

A ideia de formação integrada sugere o ser humano dividido historicamente pela divisão social do trabalho entre a ação de executar e a ação de pensar, dirigir ou planejar. Trata-se de superar a redução da preparação para o trabalho ao seu aspecto operacional, simplificado, escoimado dos conhecimentos que estão em sua gênese científico-tecnológica e em sua apropriação histórico-social. Como formação humana, o que se busca garantir ao adolescente, ao jovem e ao adulto trabalhador o direito a uma formação completa para a

leitura do mundo e para a atuação como cidadão pertencente a um país, integrado dignamente à sua sociedade política. Formação que, nesse sentido, supõe a compreensão das relações sociais subjacentes a todos os fenômenos. Uma formação que tome como pressuposto: o trabalho e a pesquisa como princípios educativos (CIAVATTA, 2005, p.85).

Nesse sentido, a Educação Profissional Técnica Integrada de Nível Médio, contempla de maneira mais abrangente e melhor a multiplicidade e a complexidade do ser humano enquanto ser social, pensante, crítico e emotivo como pouco ou nunca havia interpretado o ser humano. Pensar o ser humano na sua dimensão enquanto um ser humanizado vai justamente na contramão do paradigma mecanicista que descreve o homem com um instrumento de produção a serviço do capital.

O projeto educacional do governo Lula abrangeu várias frentes de trabalho e de luta, que envolveram a participação de movimentos e entes da sociedade civil, ocorreram avanços legislativos, sociais, econômicos e políticos em diversos campos da educação, inclusive na EPT.

A aprovação das Diretrizes Nacionais para a Educação Profissional e Técnica de Nível Médio, efetuadas em setembro de 2012, consagrou as premissas educativas que vinham sendo defendidas pelos setores progressistas, desde o início do governo Lula. Do ponto de vista jurídico-normativo, essa medida revogou as diretrizes anteriores, sepultando a antiga separação entre o ensino médio e o ensino profissional, definindo a educação profissional como parte integrante da educação básica, podendo ser desenvolvida de forma articulada (integrada e concomitante) e subsequente ao ensino médio.

A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NA BNCC

Em meio a críticas e expectativas, surge a BNCC, que estabelece parâmetros para uma Educação Básica que vise à formação global de educandos a partir de uma proposta de rompimento de visões reducionistas que privilegiam a dimensão intelectual em detrimento da dimensão afetiva (Brasil, 2018). Esse conceito de formação está ligado a ideia de formação integral, que tem por objetivo o desenvolvimento dos estudantes em todas as suas dimensões, criando um modelo de aprendizagem que transcende a unicidade da dimensão intelectual do ensino, visando

também, munir os sujeitos de instrumentos para que possam agir de forma consciente e crítica nos diversos aspectos da vida e no mundo do trabalho.

No contexto da EPT, o currículo integrado, devido a sua natureza, assume lugar de destaque na formação de sujeitos que, além de atuarem como cidadãos, necessitam de conhecimentos para exercerem os seus papéis no mundo do trabalho, com responsabilidade social. Assim, o currículo integrado deve promover experiências não só de formação intelectual, mas também de conhecimento do corpo, da afetividade, das emoções e das relações com o outro.

[...] a escola vive a pressão do ambiente produtivo. Espera-se dela a formação de sujeitos capazes de lidar com um 'mercado de trabalho' que cada vez mais exige desses sujeitos a capacidade de solucionar problemas diversos, de possuir autonomia, de ter flexibilidade, criatividade, liderança, criticidade, entre outros atributos (SILVA, et al, 2016, p. 36).

Um dos princípios fundamentais da BNCC é a proposta de aplicação de dez competências fundamentais para formação e desenvolvimento do senso crítico e social dos estudantes enquanto entes de uma sociedade complexa. Competência é definida como a mobilização de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho (BRASIL, 2018, p. 8).

Desenvolver o processo de ensino e aprendizagem baseado no conceito de competências de acordo com o texto da BNCC, no qual o processo é baseado na apropriação de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores voltados para problemas e situações do cotidiano, traz a possibilidade de quebra com os paradigmas da educação clássica, voltada para o ensino bancário e reprodutivo. O estudante deixa de lado o papel de acumulador e reproduzidor de conceitos descontextualizados e sem significado em seu cotidiano para assumir o compromisso com o desenvolvimento de habilidades e competências adaptativas e flexíveis compatíveis com as demandas da vida contemporânea, sejam elas sociais, culturais, emocionais ou mesmo do mundo do trabalho.

Trazendo esses conceitos e ideias para o contexto da EPT, é possível conceber um modelo de renovação na forma como se desenvolve e como se concebe a capacitação profissional dos estudantes que visam a sua formação direcionada ao mercado de trabalho. Historicamente a formação profissional manteve aspectos

bancários e pouco se priorizou a importância do senso crítico e da formação humana como componente essencial da capacitação profissional.

De acordo com a BNCC, o Ensino Médio deve favorecer a atribuição de sentido às aprendizagens; garantir o protagonismo dos estudantes; valorizar os papéis sociais desempenhados pelos jovens; assegurar tempos e espaços para que os estudantes reflitam sobre suas experiências e aprendizagens individuais; promover a aprendizagem colaborativa e estimular atitudes cooperativas e propositivas para o enfrentamento dos desafios da comunidade (BRASIL, 2018).

Essas experiências, [...] favorecem a preparação básica para o trabalho e a cidadania, o que não significa a profissionalização precoce ou precária dos jovens ou o atendimento das necessidades imediatas do mercado de trabalho. Ao contrário, supõe o desenvolvimento de competências que possibilitem aos estudantes inserir-se de forma ativa, crítica, criativa e responsável em um mundo do trabalho cada vez mais complexo e imprevisível (BRASIL, 2018, p. 465-466).

Apresentou-se até aqui o contexto histórico da educação profissional no Brasil por meados dos anos 90, do século passado, e dos anos 2000, tendo em vista as transformações e mudanças ocorridas diante das políticas adotadas nos governos FHC e Lula, além de apresentar algumas das inferências da BNCC na EPT. A seguir volta-se o foco do estudo para o caso do IFAM-CMZL, rememorando a história da sua criação e desenvolvimento baseado em marcos legais e históricos que apresentam uma parte da Educação Profissional no Estado do Amazonas, apresentando momentos e locais da história onde se deram e, ainda se dão as constantes transformações da educação profissional no contexto amazônico, a sua importância, e o perfil da formação proposta.

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NO AMAZONAS: O CASO DO IFAM – CMZL

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas - IFAM conta atualmente com uma rede composta por 17 (dezesete) unidades distribuídas pela capital e interior do estado do Amazonas. Três unidades na capital Manaus (centro, distrito industrial e zona leste) e as demais unidades nos municípios de São Gabriel da Cachoeira, Coari, Lábrea, Iranduba, Maués, Parintins, Tabatinga,

Presidente Figueiredo, Itacoatiara, Humaitá, Manacapuru, Eirunepé, Tefé e Boca do Acre.

Estes municípios, em sua maioria, são distantes da capital e com difícil acesso, algumas vezes apenas possível por longas viagens de barco, ainda feitos de madeira em sua maioria característicos da região, nos quais as pessoas viajam por dias ou até mesmo semanas, de maneira vagarosa e desconfortável. Outra maneira de acessar alguns desses municípios é através de estradas mal-conservadas e algumas intrafegáveis no período chuvoso, ou por aviões de médio e pequeno porte que cobram preços exorbitantes nas passagens aéreas.

No caso específico do IFAM - Campus Manaus Zona Leste, que fica localizado na capital, Manaus, em uma região periférica da cidade (Zona Leste), extremamente discriminada e segregada por abrigar, em sua maioria, uma população marginalizada e em situação de vulnerabilidade social, à mercê da pobreza, da violência urbana, do tráfico e do consumo de drogas, da fome e das mais diversas mazelas socioeconômicas.

O Campus fica situado na Avenida Cosme Ferreira, número 8.045, no bairro São José Operário, possui uma área estimada de 154 hectares, ou aproximadamente 1.640.000 metros quadrados, sendo o maior Campus em área do Amazonas.

Figura 1: Imagem aérea do IFAM – CMZL.



Fonte: Google Earth. Disponível em: <https://www.google.com.br/earth>.

O Campus Manaus Zona Leste foi criado a partir da transformação da Escola Agrotécnica Federal de Manaus (EAFM-AM), esta criada pelo Decreto Lei n.º 2.225 de maio de 1940 como Aprendizado Agrícola Rio Branco com sede no Estado do Acre, e iniciou suas atividades em 19 de abril de 1941. Transferiu-se para o Amazonas através do Decreto Lei n.º 9.758, de 05 de setembro de 1946, e foi elevada à categoria de escola, passando a denominar-se Escola de Iniciação Agrícola do Amazonas. Posteriormente, passou a ser chamado Ginásio Agrícola do Amazonas. Em 12 de maio de 1972, foi elevada à categoria de Colégio Agrícola do Amazonas pelo Decreto n.º 70.513, ano em que se transferiu para o atual endereço. Em 1979, recebeu o nome de Escola Agrotécnica Federal de Manaus a partir do Decreto n.º 83.935. Em 29 de dezembro de 2008, de acordo com a Lei N.º 11.892, a Escola Agrotécnica Federal de Manaus passou à condição de Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas - Campus Manaus Zona Leste (Leite, 2013).

Segundo o histórico disponível no site da instituição, o IFAM Campus Manaus Zona Leste teve sua origem nos então denominados Aprendizados Agrícolas, que foram criados pelo Decreto N.º 8.319, de 20 de outubro de 1910, mesma lei que cria o ensino agrônômico no País. Enquanto as Escolas de Aprendizes e Artífices, criadas em 1909, buscavam a formação do trabalhador urbano, os Aprendizados Agrícolas almejavam formar o trabalhador agrícola, estando ambas ligadas ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio.⁴

Em 1940, por intermédio do Decreto Lei N.º 2.255, de 30 de maio de 1940, outorgado pelo Presidente Getúlio Vargas, o Aprendizado Agrícola Rio Branco, com sede na cidade de Rio Branco, então Território Federal do Acre, é transferido para o Amazonas, passando a ocupar uma propriedade cedida pelo Governo do Estado do Amazonas onde funcionava o “Reformatório de Menores do Paredão” (Escola do Paredão), nas proximidades de Manaus, às margens do rio Solimões, cuja inauguração e início das atividades datam de 19 de abril de 1941. O Decreto Lei N.º 9.758, de 05 de setembro de 1946, o Aprendizado Agrícola Rio Branco, em Manaus, é elevado à categoria de escola, passando a denominar-se Escola de Iniciação Agrícola do Amazonas. Posteriormente, passou a ser chamado de Ginásio Agrícola do Amazonas. Em 12 de maio de 1972, foi elevado à categoria de Colégio Agrícola do Amazonas, pelo Decreto Federal N.º 70.513. Nesse mesmo ano, o Colégio instalou-

⁴ Disponível em: <http://www2.ifam.edu.br/campus/cmzl/instituicao/a-instituicao-1>

se na Alameda Cosme Ferreira, zona rural do município de Manaus, hoje aglutinada ao perímetro urbano da cidade denominada de Zona Leste.

Em 1979, através do Decreto Federal Nº. 83.935, de 04 de setembro, recebeu o nome de Escola Agrotécnica Federal de Manaus. Em 1993, transformou-se em autarquia educacional pela Lei Federal Nº. 8.731, de 16 de novembro de 1993, vinculada ao Ministério da Educação e do Desporto, por meio da Secretaria de Educação Média e Tecnológica - SEMTEC, nos termos do art. 2º, do anexo I, do Decreto Federal Nº. 2.147, de 14 de fevereiro de 1997.

Em face da Lei Federal Nº 11. 892, sancionada pelo então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no dia de 29 de dezembro de 2008, a Escola Agrotécnica Federal de Manaus tornou-se Campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado do Amazonas – IFAM e passou a denominar-se Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM, Campus Manaus Zona Leste.

A seguir pode-se observar uma tabela organizada de forma cronológica com os atos normativos e seus complementos que orientaram os parâmetros legais ao longo dos anos para o desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica no Amazonas.

Tabela 1: Histórico dos Atos normativos da Educação Profissional e Tecnológica no Amazonas.

1909 - O Presidente da República Nilo Peçanha sanciona por meio do Decreto Lei Nº 7.566, de 23 de setembro, a criação de uma Escola de Aprendizes Artífices, para cada uma das dezenove capitais dos Estados da Federação, possibilitando uma educação profissional primária, pública e gratuita para os pobres e desvalidos da fortuna num Brasil que dava os seus primeiros passos na República.

1937 - Em 13 de janeiro de 1937, por meio da Lei nº 378, a Escola de Aprendizes Artífices de Manaus passa a ser chamada Lyceu Industrial de Manaus. O objetivo era qualificar os filhos dos operários ou dos associados para as artes e os ofícios.

1940 - O Campus Manaus Zona Leste tem suas origens na Escola Agrotécnica Federal de Manaus, que remonta ao Patronato Agrícola Rio Branco criado no então território do Acre em 1923, através do Decreto Lei Nº 16.082, e posteriormente transformado em Aprendizado Agrícola, que por meio do Decreto Lei Nº 2.225 de maio de 1940, foi transferido para o estado do Amazonas. Em Manaus, o Aprendizado Agrícola foi instalado em 19 de abril de 1941, no local chamado Paredão, hoje atual Estação Naval Rio Negro, ao lado da Refinaria de Manaus, a margem esquerda do rio Negro, passando a se denominar Ginásio Agrícola do Amazonas pelo Decreto Lei Nº 53.558, de 13 de fevereiro de 1964, obedecendo a Lei Nº 4.024/1961. Elevado à categoria de Colégio pelo Decreto Lei Nº 70.513, de 12 de maio de 1972, passa a denominar-se Colégio Agrícola do Amazonas, ano no qual foi transferido para suas atuais instalações na Avenida Cosme Ferreira, Bairro São José Operário, na Zona Leste da cidade.

1942 - É criada a Escola Técnica de Manaus pelo Decreto-lei nº 4.127, de 25 de fevereiro de 1942, sendo um instituto oficial de ensino profissional, subordinado à Divisão do Ensino Industrial do Ministério da Educação e Saúde. O prédio estava localizado entre a Av. Sete de Setembro e as ruas Duque de Caxias, Ajuricaba e Visconde Porto Alegre. O prédio foi construído no período entre 1938 a 1941. Segundo o Regimento Interno, a finalidade do Instituto era preparar profissionalmente o trabalhador e deixá-los aptos ao exercício de ofícios e técnicos nas atividades industriais, dando a jovens e adultos da indústria, a oportunidade de uma qualificação que aumentasse a eficiência a produtividade.

1965 - Surge a Escola Técnica Federal do Amazonas (ETFAM) por meio da Lei 4.759, de 20 de agosto de 1965. Com a expansão do Polo Industrial de Manaus (PIM), logo surgiu a demanda de mão de obra qualificada para o preenchimento das vagas nas indústrias instaladas no Amazonas. Desta forma, a ETFAM passou a ofertar cursos técnicos em Eletrônica, Mecânica, Química e Saneamento.

1993 - Criada com o nome de Escola Agrotécnica Marly Sarney, a Escola Agrotécnica de São Gabriel da Cachoeira foi construída em 1988, através do Convênio Nº 041 celebrado entre a Prefeitura de São Gabriel da Cachoeira e Ministério da Educação, referente ao Processo Nº 23034.001074/88-41. O Campus São Gabriel da Cachoeira tem sua origem num processo de idealização que se inicia em 1985, então no governo do Presidente José Sarney, com Projeto Calha Norte, o qual tinha como objetivo impulsionar a presença do aparato governamental na Região Amazônica, com base na estratégia político-militar de ocupação e defesa da fronteira.

2001 - Em 26 de março de 2001, por decreto do presidente Fernando Henrique Cardoso, a Escola Técnica Federal do Amazonas (ETFAM) foi transformada em Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas (CEFET-AM).

2008 - Em 2008, o Estado do Amazonas contava com três instituições federais que proporcionavam aos jovens o Ensino Profissional, sendo: o Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas (CEFET-AM), que contava com duas Unidades de Ensino Descentralizadas uma no Distrito Industrial de Manaus e outra no Município de Coari; a Escola Agrotécnica Federal de Manaus (atual IFAM – CMZL) e a Escola Agrotécnica Federal de São Gabriel da Cachoeira que passaram a compor o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM).

2018 - Em 2018 IFAM já contava com 15 Campi, sendo três em Manaus (Manaus Centro, Manaus Distrito Industrial e Manaus Zona Leste), Coari, Lábrea, Maués, Manacapuru, Parintins, Presidente Figueiredo, São Gabriel da Cachoeira, Tabatinga, Humaitá, Eirunepé, Itacoatiara e Tefé.

2021 - O IFAM já contava com 17 Campi, além dos já citados somam-se a eles, Iranduba e Boca do Acre.

Fonte: Elaborado pelos autores baseado em MELLO (2009)

Atualmente o IFAM-CMZL oferta cursos nas seguintes modalidades:

Tabela 2: Oferta de Cursos no IFAM-CMZL.

Modalidade	Curso	Perfil da Modalidade
Técnico na forma integrada	Técnico em Administração; Técnico em Agroecologia; Técnico em Agropecuária; Técnico em Paisagismo.	Oferecido somente a quem já tenha concluído o Ensino Fundamental. A Forma INTEGRADA significa que o curso garante tanto a formação da Base Nacional Comum do Ensino Médio quanto a Formação Técnica Profissional. Assim, ao concluir este curso, que tem duração de três anos, é conferido ao estudante o Diploma de Técnico de Nível Médio.
Técnico na forma subsequente	Técnico em Agroecologia; Técnico em Agropecuária; Técnico em Florestas; Técnico em Informática; Técnico em Recursos Pesqueiros; Técnico em Secretariado.	Oferecido somente a quem já tenha concluído o Ensino Médio. A Forma Subsequente significa que o curso garante Formação Técnica Profissional, assim, ao concluir este curso, que tem duração de três a quatro módulos (dependendo do Curso) e confere ao estudante o Diploma de Técnico de Nível Médio.
Técnico-na forma integrada – EJA (PROEJA)	Técnico em Administração; Técnico em Manutenção e Suporte de Informática.	São cursos voltados aos estudantes que concluíram o Ensino Fundamental e tenham a partir de 18 anos completos. O curso garante tanto a formação da Base Nacional Comum do Ensino Médio, quanto a Formação Técnica Profissional. Ao concluir o curso, é conferido ao estudante o diploma de Técnico de Nível Médio, o qual o habilita a prosseguir seus estudos em curso de nível superior e ao exercício de uma atividade profissional técnica.
Graduação	Tecnologia em Agroecologia; Bacharelado em Medicina Veterinária; Bacharelado em Engenharia de Software;	Destina-se a candidatos que tenham concluído o Ensino Médio. Ao concluir o curso, é conferido ao estudante o grau de Tecnólogo em Agroecologia, Bacharel em Medicina Veterinária e Bacharel em Engenharia de Software.

Pós-Graduação	Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> em Desenvolvimento, Etnicidade e Políticas Públicas na Amazônia.	Graduados de todas as áreas, notadamente docentes, técnicos, de todas as áreas que preferencialmente desempenhem atividades nos governos municipal, estadual e federal ou em ONGs, movimentos sociais e professores indígenas. Ao concluir o curso, o estudante recebe o Título de Especialista em Desenvolvimento, Etnicidade e Políticas Públicas na Amazônia.
---------------	--	--

Fonte: Elaborado pelos autores, maio 2025.

As tabelas acima demonstram de forma sistematizada as principais transformações, pelas quais, a educação profissional no Amazonas passou desde a fundação da Escola de Aprendizizes Artífices, em 1909, por força do Decreto Lei N° 7.566, de 23 de setembro, seguindo com os marcos legais até os dias atuais (Tabela 1). Descreve-se ainda o perfil dos cursos ofertados atualmente no IFAM-CMZL (Tabela 2), estes não apenas restritos a modalidade de cursos técnicos profissionalizantes, mas também ofertando modalidades propedêuticas, como é o caso dos cursos de ensino média técnico integrado e o técnico na forma integrada – EJA, cursos que além de proporcionarem a formação técnica, característica da formação profissional, também tem componente de sua grade obrigatória a formação proposta pela BNCC, possibilitando não apenas a possibilidades de assumir posto de trabalho, mas também, a oportunidade de ingresso no ensino superior.

Conta-se ainda, com a oferta de cursos na modalidade de graduação e tecnólogo, e uma especialização. O perfil de atuação e dos cursos do IFAM-CMZL esteve desde a sua fundação, e permanece até os dias atuais, voltados para o setor primário, nota-se isso com a presença dos cursos de agropecuária, agroecologia, florestas, recursos pesqueiros e medicina veterinária, modalidade estas que estão alinhadas com as demandas de produção local. Além destes, nota-se a o atendimento as demandas mais atuais, com a oferta de cursos como engenharia de software, técnico em administração; técnico em manutenção e suporte de Informática.

Tal diversidade de modalidades e de cursos, que não necessariamente estão diretamente inseridos no setor primário, demonstra que existe o intuito de atender as demandas da comunidade local. Além disso nota-se as transformações no perfil da

ScientiaTec

educação profissional, desde o seu surgimento em 1909 com o intuito de capacitar mão de obra para o mercado de trabalho, até os dias atuais com a oferta não apenas de cursos exclusivamente voltados para a capacitação, percebe-se uma mudança de perfil de formação que a rede de ensino profissionalizante federal visa ofertar. Ou seja, além de formação profissional e empregabilidade, é possível pensar em uma formação voltada para o acesso ao ensino superior e a pós-graduação.

Chega-se a tal conclusão, não apenas pela oferta de tais modalidades no próprio IFAM-CMZL, mas pelas mudanças promovidas ao longo de décadas através dos marcos legais e políticas públicas, que mudaram a forma como a educação profissional é ofertada pelo Estado, passando de um ensino para pobres e desvalidos que precisavam de emprego e renda, para uma escola, que mesmo ainda mantendo essa possibilidade, passa a ofertar também formação humana e propedêutica, que antes era exclusividade das classes dominantes.

Figura 2: Entrada Principal do IFAM – CMZL.



Fonte: Instituto Federal do Amazonas. Disponível em: <http://www2.ifam.edu.br/pro-reitorias/ensino/imagens/cmzl.jpg/view>.

CONCLUSÃO

Ao concluir este estudo, destaca-se o contexto histórico da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil e seus principais desdobramentos a partir sua contextualização nos anos 90 com predominância das políticas públicas adotadas no governo FHC até meados dos anos 2000 com as medidas tomadas no governo Lula. Utilizou-se desse contexto histórico como pano de fundo para se chegar a Educação Profissional e Tecnológica no estado Amazonas, com enfoque no atual Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Amazonas – Campus Manaus Zona Leste.

Relatou-se um curto período com relação a história da educação profissional no Brasil, pois, seria um processo de síntese quase impossível resumir em poucas páginas todo percurso histórico desta modalidade de educação, que pode ser datada desde antes a chegada dos colonizadores portugueses ao Brasil com base em relatos das práticas dos próprios povos nativos que aqui já habitavam.

Nota-se que, de fato, houve mudanças e evoluções significativas na educação de modo geral, a educação profissional passou por grandes transformações, principalmente no que diz respeito aos marcos legais, que foram, em certa medida atualizados e adequados as necessidades da população e tiveram uma parcela da participação dos movimentos sociais e populares em sua construção. Contudo, ainda restam muitas críticas e mudanças a serem promovidas na educação para que realmente os interesses e necessidades da população sejam atendidas e para que haja a quebra de paradigma com os sistemas escolares vigentes que priorizam a educação e formação das elites em detrimento de uma formação para as classes menos favorecidas em vista de formação profissional e ocupar postos de trabalhos, atendendo as demandas das classes dominantes do mundo do capital.

Com relação ao caso específico do Amazonas, a expansão da rede federal de ensino profissional desencadeada nos anos 2000, promoveu acesso à educação para municípios e comunidades isoladas nos quais, além de receber os Institutos Federais de Educação, também receberam mais recursos financeiros para a educação e qualificação profissional para jovens e adultos, gerando renda e melhores expectativas de vida, fixação, desenvolvimento regional e crescimento profissional.

O IFAM – Campus Manaus Zona Leste, situado na capital de Manaus, cumpre não só seu papel escolar, de promover educação, como também cumpre sua função

social, oportunizando a educação profissional para uma população que sofre diariamente com toda forma de injustiça social. Tendo na escola um local de acolhimento, segurança, contato com a ciência, a tecnologia e oportunidade de capacitação profissional.

Por outro lado, os duros golpes políticos, ideológicos e cortes de recursos que toda a rede federal de ensino vem sofrendo nos últimos anos, torna o trabalho dessas escolas cada dia mais difícil e precarizado, a oferta de vagas ainda é pequena em relação a população que busca esse serviço do Estado e as condições para ampliação dessa oferta veem se tornando cada vez mais limitadas. A rede federal de ensino, não só o IFAM, precisa continuar se expandindo, e aperfeiçoar a qualidade dos serviços prestados, mas para isso é necessário aporte político, econômico e da sociedade pleiteando e cobrando melhorias na educação permanentemente.

REFERÊNCIAS

BOCCATO, Vera Regina Casari. Metodologia da pesquisa bibliográfica e o artigo científico como forma de comunicação. **Revista de Odontologia da Universidade Cidade de São Paulo**, v. 18, n. 3, p. 265-274, dez. 2006. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/1896>. Acesso em: 03 de set. de 2024.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518-versaofinal_sit_e.pdf. Acesso em: 24 de março de 2025.

BRASIL. **Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio - Documento Base**. Brasília: MEC, 2007. Disponível em: https://www.https://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/documento_base.pdf. Acesso em: 04 de abr. de 2025.

BRASIL. **Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997**. Regulamenta o §2º do art. 36 e os artigos 39 a 42 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=106035&filenome=LegislacaoCitada%20-PL%207375/2002. Acesso em: 04 de abr. de 2025.

CAIRES, Vanessa Guerra; OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro. **Educação profissional brasileira: da colônia ao PNE 2014-2024**. 1 ed. Petrópolis: Vozes Limitada, 2018.

ClAVATTA, Maria. A formação integrada a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. **Revista Trabalho Necessário**, v. 3, n. 3, p. 1-20, dez.

2005. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/6122>. Acesso em: 11 de abr. de 2025.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. Educação básica no Brasil na década de 1990: subordinação ativa e consentida à lógica do mercado. **Educação & sociedade**, v. 24, n. 82, p. 93-130, abr. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/fwBNt6pKWJKTdYrCkxHjPdQ>. Acesso em: 05 de abr. de 2025.

KOSIK, K. **Dialética do concreto**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1976.

KUENZER, Acácia Zeneida. O ensino médio agora é para a vida: entre o pretendido, o dito e o feito. **Educação & Sociedade**, v. 21, n. 70, p. 15-39, abr. 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/LGpgCTxWgVvB3DYzKWWFjwJ/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 05 de março de 2025.

KUENZER, Acácia Zeneida. **Ensino médio e profissional: as políticas do Estado neoliberal**. 1 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

LEITE, Elizane de Araújo. **A expansão e a interiorização da educação profissional e tecnológica no Amazonas**. 2013. 103f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2013. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/4173#preview-link0>. Acesso em: 23 de nov. 2024.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamasso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katálysis**, v. 10, n. esp, p. 37-45, abr. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/HSF5Ns7dkTNjQVpRyvhc8RR/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 24 de mai. 2025.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. **A pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. 1 ed. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária, 2000.

MANFREDI, Sílvia Maria. **Educação profissional no Brasil: atores e cenários ao longo da história**. 1 ed. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

MARTINS, Diego Melquior Melo; ARAÚJO, Danjelo Pereira de; PINTO, Valmir Flôres. **Educação profissional no Brasil: dos povos nativos ao período imperial**. Anais IX CONEDU. Campina Grande: Realize Editora, 2023. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/94962>. Acesso em: 07 de ago. 2025.

MELLO, Maria Stela de Vasconcelos Nunes. **De Escola de Aprendizes Artífices a Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas: cem anos de história**. 1 ed. Manaus: Editora do Brasil, 2009.

SILVA, Adriano Larentes da et al. **O currículo integrado no cotidiano da sala de aula**. 1 ed. Florianópolis: IFSC, 2016.